

CRISE NA SUCESSÃO

Sarney acusa governo mas não explica o dinheiro

DORA KRAMER

E o dinheiro, de onde veio?

Fosse uma sessão de defesa de tese sobre a calúnia, a conspiração, a inquisição, a ditadura e a arte de tergiversar, deixando de lado o principal para desviar o foco ao acessório, o senador José Sarney até não teria se saído de todo mal. Mas, como tratava-se de um discurso com o qual, esperava-se, o senador conseguisse substituir com palavras a imagem das cédulas de R\$ 50 amontoadas na empresa de sua filha Roseana, a tentativa resultou inútil.

Ou, por outra, serviu para reforçar a convicção geral de que a governadora do Maranhão não tem como explicar a origem do dinheiro que a polícia achou em seu cofre. Essa é a questão principal. Apenas uma única vez em todo o seu discurso o senador Sarney citou o fato, referindo-se e dando fé à explicação fornecida pelo genro, Jorge Murad, de que se tratava de dinheiro de campanha.

Não se preocupou, no entanto, com um detalhe: dinheiro de campanha em geral é dado a candidatos e encaminhado aos comitês organizados pelos partidos. Mas o que vimos dias atrás foi R\$ 1,34 milhão estocado no escritório particular de uma empresa cuja sócia majoritária era a governadora e onde seu marido e homem forte do governo dava expediente todos os dias. Seria ali o comitê da campanha presidencial de Roseana e Jorge Murad, no exercício de cargo público, o tesoureiro?

Se é assim, o senador deveria pensar duas vezes antes de espalhar acusações sobre o uso do aparelho do Estado por parte de quem quer que seja. Ainda mais que está fresca na memória nacional a monumental distribuição de benesses estatais para que, na Constituinte, o então presidente garantisse mandato de cinco anos.

A falta de uma explicação consistente para o fato principal, o senador apelou ao mesmo tipo de veemência à qual recorreu Antonio Carlos Magalhães em seu discurso de renúncia, onde buscou discutir uma tese filosófica sobre o que é a verdade, no lugar de dizer ao respeitável público porque foi mesmo que se achou no direito de mandar violar o painel de votações do Senado.

O tremor nas vozes era em tudo e por tudo semelhante. A raiva quase incontrolável de Sarney apenas se diferenciava na dimensão do descontrolado que tomou conta de ACM. Ambos sabedores de que estavam ali naquela tribuna testemunhando o ré-

questem de uma política atrasada, baseada no mandonismo e nas versões de circunstâncias. Esse o fundamento do desespero. Essa a razão para que nenhum dos dois se constringesse em recorrer à defesa do Estado de Direito como se detivessem a exclusividade do espírito democrático e jamais tivessem sido sustentáculos do regime militar até os últimos suspiros dele, quando se bandearam para o lado do adversário, a fim de escaparem dos efeitos da extrema-união.

A indignação exibida pelo senador José Sarney poderia até guardar relação com as razões expostas por ele — a revolta por ver a filha vítima de uma injusta e ilegal perseguição política —, não tivesse se manifestado com tanto atraso e cálculo político sobre o melhor momento de se pronunciar. Sim, porque se tivesse falado qualquer coisa logo no primeiro momento, teria sido desmentido pela exibição do dinheiro de origem ainda inexplicável.

Tal como fez Jorge Murad que, na ausência de uma explicação convincente, deixou que fossem disseminadas seis versões diferentes na expectativa de que uma delas adquirisse verossimilhança.

Com todo o respeito que merece o ex-presidente José Sarney por ter conduzido a transição democrática de uma forma institucionalmente impecável — o que lhe confere mesmo anistia aos desastres na área econômica —, até por isso não tinha o direito de sofismar com assunto de tal importância, afirmando que, no Brasil de hoje, vigoram métodos de coerção política semelhantes aos utilizados pela ditadura.

Ele sabe que isso não é verdade. E, a despeito de toda a sua revolta de ver o projeto de continuidade de sua dinastia maranhense no cenário nacional ir pelos ares, José Sarney não poderia cometer o equívoco de conspurcar de novo uma biografia que se recuperava bem, expondo-se ao acobertamento de um crime cuja origem ainda não se sabe se é meramente eleitoral.

Violentou seu temperamento, moveu-se pelo ódio, igualou-se àquele de quem procurou se diferenciar ao recusar o patrocínio da candidatura à presidência do Senado, fez ameaças veladas para entendimento exclusivo do Planalto, no lugar de explicitá-las e dividir com a sociedade o que sabe a respeito de irregularidades governamentais.

Comparou o clima vigente no País ao do Peru de Alberto Fujimori e ameaçou recorrer a observadores estrangeiros de organismos multilaterais para vigiar a lisura das eleições. Poderia ser até uma boa proposta, não ficasse o Brasil exposto à suspeição mundial não em nome das garantias democráticas, mas em defesa de um bom punhado de reais que apenas anteciparam o desmonte de uma candidatura cuja inconsistência seria exposta mais dia menos dia. Era apenas uma questão de tempo. Agora tornou-se uma questão, outra vez, do mau uso da alegação de razões de Estado.

E-mail: dkramer@terra.com.br

Em defesa da filha Roseana, senador ataca FHC, Serra, Aloysis e a Polícia Federal

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — Em discurso de uma hora e 14 minutos na tribuna do Senado, o senador José Sarney (PMDB-AP) atacou ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador tucano José Serra, pré-candidato ao Palácio do Planalto, comparou o governo FHC ao de Alberto Fujimori, no Peru, pôs sob suspeita as eleições brasileiras e mencionou a possibilidade de pedir à Organização dos Estados Americanos (OEA) o envio de observadores internacionais para fiscalizar a votação.

Em nenhum momento de sua fala, no entanto, o senador fez qualquer referência à origem do R\$ 1,34 milhão encontrado na empresa de sua filha, a governadora Roseana Sarney (Maranhão). “O senhor Jorge Murad recebeu doação de pré-campanha, por ela assume toda e qualquer responsabilidade e por ela responde. Que a Justiça apure sua legalidade e tome suas decisões”, afirmou Sarney, dentro da linha adotada pela família, de pôr nas mãos do genro as explicações a respeito do dinheiro.

Sarney afirmou que não é novidade que as campanhas políticas são feitas de doações. Numa referência direta a Fernando Henrique, lembrou que o ex-senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) contou, como testemunha, e sobre a memória do filho Luís Eduardo Magalhães, que em 1994 viu o ex-senador Andrade Vieira (PR) entregar R\$ 5 milhões — hoje R\$ 10 milhões, atualizados por ele — para a campanha do atual presidente.

O ex-presidente fez uma revelação que, por enquanto, circulava apenas nos meios políticos, sem fonte conhecida. Dis-



Sarney na tribuna: “O que vejo no Brasil hoje é o medo de dossiês, das escutas, da espionagem”

“O senhor Jorge Murad recebeu doação de pré-campanha, por ela assume toda e qualquer responsabilidade e por ela responde. Que a Justiça apure sua legalidade e tome suas decisões”

José Sarney

se que, numa conversa com o ministro para Assuntos Institucionais, general Alberto Cardoso, contou que agentes do ex-Serviço Nacional de Informações (SNI) tinham sido contratados pelo deputado Márcio

Fortes (RJ), secretário-geral do PSDB, para uma devassa na vida da governadora do Maranhão. Esses agentes, segundo Sarney, foram incumbidos de acompanhar as viagens de Roseana, gravar suas conversas, fotografar. “O general Cardoso disse-me que isso podia ser possível e que ia investigar”.

Para Sarney, o Ministério da Saúde, na gestão de José Serra, transformou-se num centro

de espionagem que dissemina o medo. “O que vejo no Brasil hoje é o medo de dossiês, das escutas, da espionagem”.

“O Brasil de hoje”, disse Sarney, “está muito parecido com o que foi testemunhado durante o governo de Alberto Fujimori, no Peru”. Irônico, disse que a função do Ministério da Saúde é cuidar da saúde do País “mas dedicou-se também à inteligência e à espionagem.” Atacou também o ministro da Justiça, Aloysis Nunes Ferreira. Disse que a Polícia Federal, em última instância, é submetida a ele. E que, numa conversa com o presidente Fernando Henrique, cobrou explicações para a ação da PF na empresa de Roseana. O presidente, segundo Sarney, respondeu que o ministro não sabia de nada. E teria completado: “E se ele soubesse e não me avisasse, eu

o demitiria hoje”.

Portanto, concluiu o senador, a operação da PF teve como único objetivo destruir a candidatura de Roseana Sarney. À noite, disse Sarney, o ministro se gabava na televisão de que dera as ordens. “Em seguida, li, perplexo e decepcionado, a declaração do presidente Fernando Henrique de que tudo isto era tempestade em copo d’água”. Segundo Sarney, foi uma declaração “infeliz e reveladora, porque não foi essa a reação no caso de Chico Lopes, quando se falou em favorecimento pessoal no caso Marka/FonteCidam e no bilhete encontrado sobre depósito de US\$ 1,6 milhão no exterior”.

O senador Sarney chegou a insinuar que Aloysis Nunes Ferreira é desequilibrado. Afirmou que ele tem demonstrado em sua vida atos de “extrema violência”. “Não dá tranquilidade a ninguém que um homem assim seja o guardião das liberdades públicas, das leis, da Constituição”. Segundo Sarney, o ministro teve a intenção de espancar e matar o governador do Ceará, Tasso Jereissati.

OS PRINCIPAIS TRECHOS

● Não estou aqui como senador do PMDB nem como pai. Não preciso demonstrar que tenho pela minha única filha um amor e afeto que não encontram dimensão. Falo pelo dever que tem um ex-presidente da República, de defender o País e suas instituições.

● Planejou-se esse escândalo com o objetivo de afastar Roseana da sucessão. Aí vem o mais ignominioso. Se não há nada contra ela, busca-se seu esposo, no preconceituoso machismo de mulher dependente do marido.

● O senhor Jorge Murad recebeu doação de pré-campanha, por ela assume toda e qualquer responsabilidade e por ela responde. Que a Justiça apure sua ilegalidade e tome suas decisões.

● Sofre a governadora do Maranhão uma perseguição política, pelo fato de ser candidata. Ela não pediu, não disputou, não atropelou ninguém. Seus índices nas pesquisas foram dados pelo povo brasileiro. E ela está pagando por isso.

● A Nação assistiu aos atos de violência que aconteceram no Maranhão. Policiais armados, viaturas embaladas, aparato de efeito utilizados para criar um escândalo contra a candidata à Presidência da República, em ato arbitrário, ilegal, de conotação política e fora da lei.

● Qual o idiota que acharia que uma ação desta magnitude (a busca de documentos na empresa Lunus) seria armada sem que a máquina estatal de nada soubesse ou dela não participasse? Quem nesse País não sabe que foi uma ação política suja, com propósito determinado? O

que vejo no Brasil de hoje é o medo dos dossiês, das escutas, da espionagem na vida privada das pessoas. Todos têm medo. Ninguém tem confiança de que o aparato estatal não seja jogado contra si.

● O atual ministro da Justiça (Aloysis Nunes Ferreira) é um homem de biografia forte. Tem demonstrado em sua vida atos de extrema violência. Comunga a teoria de que os fins justificam os meios. Já participou de operações bem mais complexas do que invadir um escritório de uma candidata à Presidência da República. Não dá tranquilidade a ninguém que um homem assim (ministro da Justiça) seja o guardião das liberdades públicas, das leis, da Constituição.

● Ruínas são, infelizmente, os índices. Mas não é o Maranhão o vilão do Brasil. O índice de desigualdade do Maranhão é melhor que o do Brasil — Maranhão, 0,575; Brasil, 0,595.

● Se não houver eleições limpas, somente me resta, na defesa do processo democrático, bater às portas da ONU, da OEA, do InterAction Council e onde for necessário, pedindo observadores para as eleições, a fim de assegurar a vigilância internacional na nossa sucessão, sobre como o processo decorre, as pressões, legislação e os métodos.

● Se a governadora do Maranhão não fosse candidata, nada disso existiria. Se ela aceitasse ser vice e não dissesse que as mulheres em vez de vice podiam ser presidentes, certamente não estaria amargando essa manipulação de imagem cuja origem está no aparato estatal.

● No momento em que a independência judiciária é agregada à influência do Executivo,

morre o Parlamento e não há mais liberdade, porque some o equilíbrio dos poderes. Nasce o arbítrio. No princípio, com coisas que nos pareciam menores, como as que relatei; depois vai num crescendo e, quando nos damos conta, tudo está perdido.

● O próprio presidente da República, cujo foro é o Congresso, tem parado na Câmara um processo de impeachment pedido por renomados advogados, que o acusam da compra de votos para sua reeleição.

● Invadem a Lunus sob a capa de descobrir essa vinculação (com irregularidades na Sudam). Ridícula montagem. O acusado não sabe do que é acusado.

● O aparato do Estado espalha, sem defesa, versões, documentos, calúnias. É assim que funcionavam os DOPS, a Gestapo. Pior hoje, nesse tempo de comunicação em tempo real, em que a imagem de defesa é impossível.

● Há um fato cuja recorrência impressiona e intriga. É que toda referência a esse estilo característico de espionagem e dossiês nasce no Ministério da Saúde e envolve o ex-ministro José Serra. Mais que uma estratégia de campanha, parece uma concepção de governo.

● Li, perplexo e decepcionado, a declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso de que tudo isto era “tempestade em copo d’água”. Foi uma declaração infeliz e reveladora, porque não foi esta sua reação no caso do senhor Chico Lopes, quando se falou em favorecimento pessoal no caso Marka/FonteCidam e no bilhete encontrado sobre depósito de US\$ 1,6 milhão no exterior.

São Luís pára na hora da fala do ex-presidente

DEMÉTRIO WEBER

Enviado especial

SÃO LUÍS — O discurso do senador José Sarney (PMDB-AP) fez ontem muita gente parar diante da TV em lojas e supermercados de São Luís. A governadora Roseana Sarney acompanhou o discurso do pai no Palácio dos Leões, residência oficial do governo do Estado, e ficou “muito emocionada”, segundo sua assessora.

Numa terra onde o sobrenome Sarney é sinônimo de poder há quase 40 anos, a população acompanha de perto os desdobramentos da apreensão pela Polícia Federal, no dia 1.º, de R\$ 1,34 milhão na Lunus, empresa da governadora.

Os principais jornais da cidade, incluindo *O Estado do Maranhão*, de propriedade da família Sarney, anunciaram o pronunciamento. Em São Luís, o discurso foi transmitido na íntegra pela retransmissora da Rede Bandeirantes no Estado e pela Rádio Mirante.

No entanto, a transmissão foi encerrada antes da resposta do governo, quando o senador Arthur da Távola (PSDB-RJ) subiu à tribuna. A TV é de um aliado de Sarney e a rádio pertence à família do ex-presidente.

“Corrupto por corrupto, voto nos da minha terra”, disse a empresária Lourdes Oliveira Veras, de 61 anos, que interrompeu as compras para assistir ao discurso. Ela acredita que a operação da PF foi uma “arapuca” do governo contra a candidatura de Roseana. Mas nem todos partilhavam da opinião.

O professor universitário Ernani Garrido, de 70 anos, comparou o discurso ao de um advogado. “São argumentos que devem ser levados em conta, mas não apagam as prováveis irregularidades cometidas.”